



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
PLENÁRIO DE 19 a 22 DE FEVEREIRO DE 2002
Intervenção do Deputado Cabral Vieira

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

As previsões mais recentes de vários organismos internacionais, como FMI, a OCDE e a Comissão Europeia, apontam para um abrandamento da economia mundial. Indicam que, em 2001 e 2002, o crescimento mundial deve ser inferior a 2.5% ao ano, ou seja, bastante abaixo dos 4.7% verificados em 2000.

Indicam também que a economia norte-americana crescerá a uma taxa entre 0.5 e 0.7% em 2002 e que a economia japonesa continuará em desaceleração. Para a zona euro, e de acordo com as projecções divulgadas pelo Banco Central Europeu, o crescimento do Produto Interno Bruto deverá reduzir-se substancialmente em 2002, passando de 3.4% em 2000, para um valor situado entre 0.7 e 1.7%.

O abrandamento da economia mundial não pode deixar de ter reflexos na economia portuguesa, que é pequena e aberta ao exterior. Todos sabem que isto é verdade, mas a obsessão pelo bota-abaixo, sobretudo quando daí se vislumbram dividendos eleitorais, faz com que a exactidão dos factos seja escondida ou preterida, a favor da imprecisão, da ambiguidade e da meia-verdade, transformando o que deveria ser o esclarecimento, a imparcialidade e a isenção num verdadeiro hino à arte de bem camuflar.

Análises recentes da evolução da economia portuguesa, levadas a efeito por um pequeno “grupo dos durões” - como se tal insígnia significasse competência para governar -, têm usado



e abusado da camuflagem, embora seja caso para suspeitar que podemos estar na presença de “gato escondido com rabo de fora”.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Os períodos que medeiam entre 1986 e 1990 e entre Dezembro de 2001 a meados de Fevereiro de 2002, têm sido objecto, de intensa apreciação por parte de analistas pretensiosamente desinteressados e insuspeitos. No entanto, a supressão, “sem dar cavaco a ninguém” doutros períodos não menos importantes, constitui uma prova irrefutável e evidente desse falso desprendimento.

Mas vamos aos factos. Exalta-se o crescimento médio anual de cerca de 5% entre 1986 e 1990, período de governação do Professor Cavaco, e, ao mesmo tempo, refere-se, para denegrir, as previsões do FMI de 1.6% para 2001 e de 0.8% para 2002. Mas obviamente que outras – muitas outras - comparações poderiam ser feitas.

Não era necessário avançar uma década no tempo, nem sequer mudar de actores na governação, para se fazer comparações. Por exemplo, o sucesso económico de 1986-1990 poderia ser comparado com o crescimento médio de 1.7%, verificado no período 1991-1995 (cerca de 1.5 pontos percentuais abaixo da nossa tendência de longo prazo).

Se tal fosse feito, levar-nos-ia, também, a recordar que a taxa de crescimento de 1993, também sob a governação do Professor Cavaco, foi negativa (-1.1%) e que, nesse mesmo ano, a formação bruta de capital fixo, ou seja o investimento, decresceu 6%. Tal era o nível de desconfiança dos investidores.

Até seria mais correcto comparar estes dois períodos consecutivos de governação do Professor Cavaco. Eliminava-se uma fonte de perturbação da análise - o efeito da governação



- e compreendia-se que a economia tem regras próprias de funcionamento, que os ciclos económicos existem e são que implacáveis. Funcionando como autênticos surtos de gripe, alastram com facilidade, atingindo tudo e todos, podendo ser amortecidos, mas dificilmente evitados. Mas o móbil não é esse. Não é esclarecer. Não é informar. É confundir.

A taxa média de crescimento de 1.7% para 1991-1995, poderia, também, ser comparada com a de 3.8% para 1996-2000. Mas isto não lhes agrada. A parcialidade fala mais alto.

Também fala mais alto, mesmo quando para caracterizar os anos de 2001 e 2002, se utilizam as previsões mais pessimistas: as do FMI. Não as da Comissão Europeia. Não as da OCDE: as mais optimistas.

Finalmente, esquecem-se de dizer que, a avaliar pelo dados do Eurostat, a economia portuguesa, apesar da desaceleração, cresceu, mesmo em 2001, acima da média europeia. Que Portugal cresceu mais do que a Alemanha, do que a Austria, do que a Bélgica, do que a Dinamarca, do que a Finlândia, do que a Holanda e do que a Suécia.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Mesmo no que respeita às finanças públicas, tudo serve para fazer alarido. Contamina-se a opinião pública com cenários catastróficos. É verdade que o déficit do sector público aumentou, mas com 2.2% o país continua a cumprir os valores definidos para o pacto de estabilidade e crescimento. O rumor de um puxão de orelhas comunitário constituiu para alguns motivo de satisfação, rapidamente transformado em frustração, com o anúncio de que os ministros das finanças haviam decidido, não accionar o mecanismo de “alerta prévio”, a Portugal e à Alemanha.



Tal decisão resultou, como é do conhecimento público, do facto de, quer Portugal, quer a Alemanha, se terem comprometido a cumprir firmemente os respectivos pactos de estabilidade e crescimento. Em particular, a acatar o limite de 3% estabelecido para o défice das contas públicas.

Na minha opinião, esta decisão incorpora um significado muito particular. Ela foi tomada na base num compromisso, requerendo, para ser aceite, que quem se compromete tenha credibilidade. Ao contrário do que muitas vezes se apregoa, embora com alguma ligeireza, a credibilidade externa de Portugal, nomeadamente perante os restantes parceiros da União Europeia, não se esvaneceu.

Por mais que tentem dizer que escapamos ao abrigo do guarda-chuva alemão, a verdade é que aquele tratamento não é menos merecido do que o que foi concedido à Alemanha, nem perde valor e significado pelo facto de na mesma altura estar também envolvida, com toda influência que lhe é reconhecida no contexto europeu, uma grande potência económica.

É verdade que o crescimento económico abrandou em Portugal, mas também noutros países. É verdade que é necessário fazer algum esforço de contenção ao nível das finanças públicas. Mas também é verdade que, ao contrário do que por vezes se pretende fazer crer, a governação dos últimos anos não beliscou a nossa credibilidade externa. Se fizermos uma análise retrospectiva, isenta e imparcial, chegamos facilmente, sem grandes rodeios, a essa conclusão. A aceitação dos compromissos nacionais em matéria de finanças públicas e a não aplicação do mecanismo de “alerta prévio”, constitui a prova mais recente - e convincente - de que temos credibilidade.

Outra coisa não seria de esperar. O que é um défice de 2.2%, comparado com 6.1% em 1993 ou 6.0% em 1994? Isso não se diz, porque interessa esquecer. Também não se exalta o mérito do adversário, porque não convém. Seria justo dizer-se que aquele indicador passou para 3.3% em 1996, 2.2% em 1998 e 2.0% em 1999, fruto de políticas correctas. Isso sim, deu-nos credibilidade.



Permitiu-nos, além disso, entrar no pelotão da frente na adopção da moeda única europeia, e consequentemente, ter taxas de juro europeias, com todos o beneficios daí provenientes quer para as empresas, quer para os cidadãos.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Muito se tem falado nos últimos tempos sobre a evolução económica de Portugal. Mas, também muito se tem omitido sobre esse assunto. Importa, por isso, repor a verdade. Simplesmente isso.

Disse!